



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

RELATÓRIO DE GESTÃO RPPS SÃO LUIZ GONZAGA 2024

O Regime Próprio de Previdência de São Luiz Gonzaga foi criado pela Lei 2794/1993 e reestruturado pela Lei 3852/2001.

O RPPS é organizado na forma de Fundo – Fundo de aposentadorias e pensões dos servidores públicos municipais de São Luiz Gonzaga – FAPS -, cabendo a este a gestão e organização do Regime previdenciário municipal.

As atribuições e competências dos órgãos colegiados, Conselhos Administrativo e Fiscal, estão dispostas na Lei 3852/2001 – arts. 45 a 48.

A administração do FAPS é exercida de forma partilhada entre a Administração Municipal e o COADFAPS – Conselho Administrativo do FAPS, conforme disposto no art. 44 da Lei 3852/2001.

RESUMO

O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Luiz Gonzaga é o órgão responsável pela gestão dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos municipais, detentores de cargo efetivo, do Município de São Luiz Gonzaga, observados os critérios estabelecidos no art. 40 da Constituição Federal (texto da EC 41/2003), nas Emendas Constitucionais 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019, assim como as disposições da Lei Municipal 3852, de 18 de julho de 2001.

O RPPS é responsável, também, pela gestão dos recursos financeiros do Fundo Previdenciário, que tem como finalidades, a manutenção do pagamento dos benefícios vigentes e a garantia de equilíbrio financeiro e atuarial para o pagamento dos atuais e futuros benefícios, para assegurar aos segurados e dependentes o amparo da previdência social assegurada constitucionalmente aos servidores públicos.

No exercício em análise, a Unidade Gestora do RPPS, de forma partilhada com os demais órgãos da administração, foi responsável pela administração, gerenciamento e a operacionalização do fundo previdenciário, incluindo a arrecadação e gestão de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

recursos, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios, bem como a sua fiscalização.

No ano de 2024 o RPPS manteve a rotina de capacitação continuada dos integrantes dos Conselhos Administrativo e Fiscal, assim como dos servidores que exercem funções administrativas no Fundo previdenciário. No exercício, foi garantida a Certificação de membros do Conselho deliberativo e fiscal, o que determinou a regularidade previdenciária, no que se refere a obrigatoriedade de número mínimo de conselheiros certificados.

INTRODUÇÃO

Este relatório é elaborado com a finalidade de atender o disposto no art. 2º, inciso IV, letra “g”, da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS, e para disponibilizar informações de interesse público relativas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Luiz Gonzaga.

O relatório apresenta as análises atuariais e aplicação dos planos de custeio indicados pelo Atuário responsável, a Política de Investimentos e os resultados alcançados, a gestão orçamentária do fundo, assim como as informações de despesas previdenciárias e administrativas. O trabalho desenvolvido no exercício pelos órgãos colegiados é também discriminado.

As informações e dados apresentados neste Relatório referem-se ao encerramento do exercício financeiro de 2024, contemplando as normas exigidas na Resolução do TCERS e são essenciais para a transparência da gestão previdenciária do RPPS de São Luiz Gonzaga.

1. ORGÃO DELIBERATIVO

O órgão deliberativo do RPPS é o COADFAPS – Conselho Administrativo do Fundo de aposentadorias e pensões. O Conselho possui 6 membros titulares e 6 membros suplentes. O Conselho, atualmente, é composto pelos seguintes servidores:

Nome	Função	Formação	Certificação
Célia do Amaral	Presidente	Licenciatura em	CP.RPPS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Caetano		Pedagogia -	Dirigente I
Marilea de Almeida Ribeiro	Vice-presidente	Superior	s/certificação
Michele Silva Nunes	Primeira Secretaria	Superior	s/certificação
Lenise Nicola Lago	Segunda Secretaria	Superior	s/certificação
Carlos Ramão Souza dos Santos	Membro titular	Ensino Médio	CGRPPS
Alceu Leiria Duarte	Membro titular	Superior	s/certificação
Pedro Roberto Heck	Membro suplente	Superior	CP RPPS Conselho
Jacson Fiorin Brandão	Membro suplente	Superior	s/certificação
Révis Catiano Feijó Moura	Membro suplente	Superior	S/certificação
Eva Maria Machado de Oliveira	Membro suplente	Ensino Médio	s/certificação
Jaqueline Nascimento de Miranda	Membro suplente	Superior	s/certificação
Viviane de Paula Santos Carvalho	Membro suplente	Superior	s/certificação

A nomeação dos integrantes ocorreu através da Portaria 012, de 08 de janeiro de 2024, alterada pela Portaria 803, de 24 de julho de 2024. A eleição dos membros dirigentes ocorreu em 07 de janeiro de 2025, conforme está disposto na Ata 01/2025, com a recondução dos dirigentes eleitos no ano de 2024.

2. ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

O órgão responsável pela fiscalização do RPPS é o COFAPS – Conselho Fiscal do Fundo de aposentadorias e pensões. O Conselho possui 3 membros titulares e 3 membros suplentes. O Conselho, atualmente, é composto pelos seguintes servidores:

Nome	Função	Formação	Certificação
Lenise Aquino Litter	Membro titular	Superior	CPRPPS Conselho
Sônia Zoraide Pinto Lopes	Membro titular	Superior	s/certificação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Liliane Aparecida da Siqueira Fontoura	Membro suplente	Superior	CP RPPS Dirigente I
João Magnus de Freitas Gomes	Membro suplente	Superior	CGRPPS
Antônio de Araújo Sobrinho	Membro suplente	Ensino Médio	s/certificação
Carla Mayer dos Santos	Membro suplente	Superior	s/certificação

A nomeação dos integrantes ocorreu através da Portaria 012, de 08 de janeiro de 2024, com alteração pela Portaria 803, de 24 de julho de 2024. A posse ocorreu em 22 de janeiro de 2024, conforme está disposto na Ata 01/2024.

3. COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos é o órgão responsável pela gestão dos recursos financeiros do RPPS. É composto por 4 (quatro) membros e coordenado pelo Gestor de Recursos: João Magnus de Freitas Gomes.

Nome	Função	Formação	Certificação
João Magnus de Freitas Gomes	Gestor de investimentos	Superior	CGRPPS
Alceu Leiria Duarte	Comitê Investimentos	Superior	s/certificação
Carlos Ramão Souza Santos	Comitê Investimentos	Ensino Médio	CGRPPS
Célia do Amaral Caetano	Comitê Investimentos	Superior	CGRPPS

Os membros que integram os Comitê de Investimentos foram designados na Ata 06/2024.

4. DIRIGENTE DA UNIDADE GESTORA

O Presidente do COADFAPS, eleito em conformidade com o art. 45, § 4º, da Lei 3852/2001 e Regimento Interno do FAPS, é o responsável por representar o RPPS na função de dirigente da unidade gestora.

A Dirigente eleita é Célia do Amaral Caetano, a quem compete representar o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

RPPS de São Luiz Gonzaga.

5. DADOS DA UNIDADE GESTORA

FAPS – CNPJ

Endereço: Rua Venâncio Aires – nº 2438 – São Luiz Gonzaga – RS

Endereço eletrônico: <https://www.saoluzgonzaga.rs.gov.br/site>

Telefone: (55) 3352-9300 – Ramal 219

E. mail: faps@saoluzgonzaga.rs.gov.br

6. SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS

O RPPS, conforme base cadastral de 31/10/2024 apresentava população coberta, separadas por sexo e grupo previdenciário, em relação a massa de segurados, que totalizaram **1.197 vidas**.

Os segurados do RPPS, na data informada, estavam distribuídos da seguinte forma:

POPULAÇÃO COBERTA	DESCRIÇÃO	MASCULINO	FEMININO	GERAL
ATIVOS	QUANTIDADE	180	493	673
	REMUNERAÇÃO MÉDIA	3.927,93	3.813,31	3.843,97
	IDADE MÉDIA (ANOS)	51	48	49
APOSENTADOS	QUANTIDADE	150	267	417
	REMUNERAÇÃO MÉDIA	3.807,41	4.416,68	4.197,52
	IDADE MÉDIA (ANOS)	71	65	67
PENSIONISTAS	QUANTIDADE	31	76	107
	REMUNERAÇÃO MÉDIA	3.020,51	2.392,63	2.574,54
	IDADE MÉDIA (ANOS)	53	61	59

A proporção entre servidores ativos e aposentados e pensionistas está disposta da seguinte forma:

ATIVOS	APOSENTADOS E PENSIONISTAS	PROPORÇÃO ATIVOS/APOSENTADOS EPENSIONISTAS
56,22%	43,78%	1,28

Pela análise das tabelas, que integram o Relatório de Avaliação Atuarial 2024, os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

ativos representam 56,22% do grupo total, enquanto os inativos e pensionistas representam 43,78%. A proporção de ativos por aposentados e pensionistas, que influenciará diretamente no equilíbrio financeiro e atuarial é de **1,28 para cada 1**, respectivamente.

As recentes nomeações de servidores efetivos impactará positivamente nessa proporção que será apurada no próximo cálculo atuarial.

7. RECEITAS E DESPESAS

Em atendimento ao art. 81 da Portaria MTP nº 1467, são considerados recursos previdenciários as contribuições e quaisquer valores, bens, ativos e seus rendimentos vinculados ao RPPS.

Os dados referentes às Receitas e Despesas estão discriminados nos balancetes publicados no Município.

RECEITAS 2024	ARRECADAÇÃO	PREVISTA	A ARRECADAR
RECEITAS CORRENTES	R\$ 17.362.132,68	R\$ 17.053.000,00	- R\$ 309.132,68
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 27.662.242,95	R\$ 27.042.000,00	- R\$ 620.242,95
DEDUÇÕES DA RECEITA	- R\$ 617.186,29	----	R\$ 617.186,29
TOTAL GERAL	R\$ 44.407.189,34	R\$ 44.095.000,00	- R\$ 312.189,34

DESPESAS 2024	ORÇADA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
DESPESAS CORRENTES	R\$ 25.912.000,00	R\$ 25.744.568,59	R\$ 25.728.901,13	R\$ 25.710.253,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 412.000,00	R\$ 223.779,34	R\$ 208.112,48	R\$ 208.063,48
DESPESA DE CAPITAL	R\$ 10.000,00	R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RES. DE CONTINGÊNCIA	R\$ 18.173.000,00			
TOTAL GERAL	R\$ 36.324.000,00	R\$ 25.971.447,93	R\$ 25.937.013,61	R\$ 25.918.316,55

Pela análise das receitas e despesas do RPPS, no exercício 2024 é possível destacar que no período teve um **SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO** de **R\$ 18.123.552,07**. O resultado do superávit orçamentário se dá pela dedução do total arrecadado pelo total empenhado.

As informações que integram o presente relatório estão disponíveis para



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

consulta dos segurados na Unidade Administrativa e/ou no Setor de Contabilidade do Município.

8. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A gestão financeira e orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Luiz Gonzaga é realizada através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, e, Demonstrativo de Variação Patrimonial.

As demonstrações contábeis do RPPS foram elaboradas conforme exigência da Portaria nº 1467/2022 e do MCASP.

A consulta dos demonstrativos pode ser feita na página da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga, no seguinte endereço: <https://www.saoluzgonzaga.rs.gov.br/site>, assim como ficam à disposição no Setor de Contabilidade do Município.

Os dados contábeis e orçamentários são enviados mensalmente ao SINCONFI, nos padrões especificados na Portaria STN 642/2019.

9. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As informações constantes na Nota Atuarial estão disponíveis para consulta dos servidores e demais interessados na Sede da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga e, em breve estará disponível no site do Município: <https://www.saoluzgonzaga.rs.gov.br/site>

Abaixo, a evolução dos ativos garantidores, das provisões, dos resultados atuariais e alíquotas praticadas:

VALORES DOS COMPROMISSOS	2024	2023	2022
ATIVOS GARANTIDORES	111.398.553,76	101.809.215,56	93.606.040,53
PMBC	257.085.773,54	233.499.223,77	203.993.060,51
PMBAC	184.992.589,52	187.896.727,47	181.947.319,05
COMPREV A RECEBER	32.476.444,91	35.668.225,22	21.161.837,70
COMPREV A PAGAR	2.856.649,17	2.800.582,91	2.490.782,25
RESULTADO ATUARIAL	-301.060.013,56	-286.719.093,37	-292.334.339,03
CUSTO NORMAL	42,00%	42,00%	29,60%
CUSTO SUPLEMENTAR	Escalonado	Escalonado	Escalonado
ÍND. DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	27,01%	26,20%	25,49%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

As alíquotas de contribuição vigentes no exercício de 2024, seguindo o Plano de Custeio definido pela avaliação atuarial e acatada pelo Conselho de Administração, foram definidas pela Lei Municipal nº 6.511, de 29 de novembro de 2022.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos foram calculadas atuarialmente e fornecidas pelo atuário responsável pela Nota técnica, registradas tempestivamente no balanço do exercício 2024, com os seguintes valores:

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	209.815.098,23	868.244,82	208.946.853,41
APOSENTADORIAS PROFESSOR	7.545.943,01	1.621,66	7.544.321,35
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	7.509.150,54	0,00	7.509.150,54
PENSÃO POR MORTE	33.157.714,13	72.265,89	33.085.448,24
SUBTOTAL	258.027.905,91	942.132,37	257.085.773,54

BENEFÍCIOS A CONCEDER	VABF	VACF	PROVISÃO
APOSENTADORIAS PROGRAMADAS	106.603.197,62	47.659.944,45	58.943.253,17
APOSENTADORIAS PROFESSOR	37.499.245,21	15.340.583,13	22.158.662,08
OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	10.423.091,91	8.260.518,24	2.162.573,67
REVERSÃO EM APOSENTADORIA PROGRAMADA	11.007.935,49	5.924.685,32	5.083.250,17
REVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	14.643,09	497,05	14.146,04
PENSÃO DE ATIVOS	24.927.645,51	20.904.632,83	4.023.012,68
PENSÃO POR MORTE DE APOSENTADO	92.261.286,91	162.696,67	92.098.590,24
PENSÃO POR MORTE DE INVÁLIDO	509.130,23	28,76	509.101,47
SUBTOTAL	283.246.175,97	98.253.586,45	184.992.589,52

As provisões acima geraram o seguinte Resultado Atuarial:

Por indicação do atuário responsável técnico pela Avaliação Atuarial 2024, o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Município seguiu a aplicação do que está disposto na Lei nº 6.511, de 29 de novembro de 2022, conforme o Relatório da Avaliação Atuarial do exercício. Tal lei implementou o seguinte plano de amortização do déficit atuarial por alíquotas e aportes:

I - CUSTEIO ESPECIAL - ALÍQUOTAS

Vigência	Alíquota Custeio normal – art. 10	Alíquota custeio suplementar	Total alíquota patronal
2024	28,00	15,23	43,23
2025	28,00	14,81	42,81
2026	28,00	14,40	42,40
2027	28,00	14,00	42,00
2028	28,00	13,62	41,62
2029-2046	28,00	13,49	41,49
2047-2055	28,00	13,50	41,50
2056	28,00	13,51	41,51

II - CUSTEIO ESPECIAL – APORTE MENSAL

Ano	Parcela mensal
2024	R\$ 811.426,02
2025	R\$ 829.381,25
2026	R\$ 847.336,48
2027	R\$ 865.291,71
2028	R\$ 883.246,94
2029	R\$ 901.202,17
2030	R\$ 919.157,40
2031	R\$ 937.112,64
2032	R\$ 955.067,87



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

2033	R\$ 973.023,10
2034	R\$ 990.978,33
2035	R\$ 1.008.933,56
2036	R\$ 1.026.888,79
2037	R\$ 1.044.844,02
2038	R\$ 1.062.799,25
2039	R\$ 1.080.754,48
2040	R\$ 1.098.709,72
2041	R\$ 1.116.664,95
2042	R\$ 1.134.620,18
2043	R\$ 1.152.575,41
2044	R\$ 1.170.530,64
2045	R\$ 1.188.485,87
2046	R\$ 1.206.441,10
2047	R\$ 1.224.396,33
2048	R\$ 1.242.351,57
2049	R\$ 1.260.306,80
2050	R\$ 1.278.262,03
2051	R\$ 1.296.217,26
2052	R\$ 1.314.172,49
2053	R\$ 1.332.127,72
2054	R\$ 1.350.082,95
2055	R\$ 1.368.038,18

No DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do exercício 2024 consta o plano de amortização, que repete o plano disposto na Lei Municipal 6511/2022. O Atuário, responsável técnico, sugeriu a manutenção do atual plano de amortização, com a utilização do LDA – Limite do Déficit Atuarial.

A manutenção do Plano de Custeio desobriga a revisão das alíquotas vigentes no Município, seja de custeio normal, especial ou aportes, assim como ficam mantidas as alíquotas de contribuição dos segurados – 14% (quatorze por cento), ativos, inativos e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

pensionistas, nos termos da legislação vigente.

Na planilha abaixo está disposto no Plano de Custeio sugerido pelo Atuário responsável pela Nota Técnica Atuarial do Município de São Luiz Gonzaga, relativo ao exercício de 2024 e que será base para o Exercício 2025.

ANO	PLANO COMPOSTO		BASE DE CÁLCULO	SALDO INICIAL	(-) PAGAMENTOS	SALDO FINAL	JUROS
	APORTES MENSais (R\$)	ALÍQUOTAS					
2024	811.426,02	15,23%	33.124.381,68	213.285.966,60	14.781.955,57	208.827.051,81	10.323.040,78
2025	829.381,25	14,81%	33.786.869,31	208.827.051,81	14.956.410,35	203.977.870,77	10.107.229,31
2026	847.336,48	14,40%	34.462.606,70	203.977.870,77	15.130.653,12	198.719.746,59	9.872.528,95
2027	865.291,71	14,00%	35.151.858,83	198.719.746,59	15.304.760,76	193.033.021,57	9.618.035,74
2028	883.246,94	13,62%	35.854.896,01	193.033.021,57	15.482.400,12	186.893.419,70	9.342.798,24
2029	901.202,17	13,49%	36.571.993,93	186.893.419,70	15.747.988,02	180.191.073,19	9.045.641,51
2030	919.157,40	13,49%	37.303.433,81	180.191.073,19	16.062.122,02	172.850.199,11	8.721.247,94
2031	937.112,64	13,49%	38.049.502,49	172.850.199,11	16.378.229,57	164.837.919,19	8.365.949,64
2032	955.067,87	13,49%	38.810.492,54	164.837.919,19	16.696.349,88	156.119.724,59	7.978.155,29
2033	973.023,10	13,49%	39.586.702,39	156.119.724,59	17.016.523,35	146.659.395,91	7.556.194,67
2034	990.978,33	13,49%	40.378.436,43	146.659.395,91	17.338.791,03	136.418.919,64	7.098.314,76
2035	1.008.933,56	13,49%	41.186.005,16	136.418.919,64	17.663.194,82	125.358.400,53	6.602.675,71
2036	1.026.888,79	13,49%	42.009.725,27	125.358.400,53	17.989.777,42	113.435.969,70	6.067.346,59
2037	1.044.844,02	13,49%	42.849.919,77	113.435.969,70	18.318.582,42	100.607.688,21	5.490.300,93
2038	1.062.799,25	13,49%	43.706.918,17	100.607.688,21	18.649.654,26	86.827.446,06	4.869.412,11
2039	1.080.754,48	13,49%	44.581.056,53	86.827.446,06	18.983.038,29	72.046.856,17	4.202.448,39
2040	1.098.709,72	13,49%	45.472.677,66	72.046.856,17	19.318.780,86	56.215.143,15	3.487.067,84
2041	1.116.664,95	13,49%	46.382.131,21	56.215.143,15	19.656.928,90	39.279.027,18	2.720.812,93
2042	1.134.620,18	13,49%	47.309.773,84	39.279.027,18	19.997.530,65	21.182.601,44	1.901.104,92
2043	1.152.575,41	13,49%	48.255.969,31	21.182.601,44	20.340.635,18	1.867.204,17	1.025.237,91
2044	1.170.530,64	13,49%	49.221.088,70	1.867.204,17	20.686.292,55	- 18.728.715,69	90.372,68
2045	1.188.485,87	13,49%	50.205.510,47	- 18.728.715,69	21.034.553,80	- 40.669.739,34	- 906.469,84
2046	1.206.441,10	13,49%	51.209.620,68	- 40.669.739,34	21.385.471,03	- 64.023.625,75	- 1.968.415,38
2047	1.224.396,33	13,50%	52.233.813,10	- 64.023.625,75	21.744.320,73	- 88.866.689,96	- 3.098.743,49
2048	1.242.351,57	13,50%	53.278.489,36	- 88.866.689,96	22.100.814,90	- 115.268.652,66	- 4.301.147,79
2049	1.260.306,80	13,50%	54.344.059,15	- 115.268.652,66	22.460.129,58	- 143.307.785,04	- 5.579.002,79
2050	1.278.262,03	13,50%	55.430.940,33	- 143.307.785,04	22.822.321,30	- 173.066.203,14	- 6.936.096,80
2051	1.296.217,26	13,50%	56.539.559,14	- 173.066.203,14	23.187.447,60	- 204.630.054,97	- 8.376.404,23
2052	1.314.172,49	13,50%	57.670.350,32	- 204.630.054,97	23.555.567,17	- 238.089.716,80	- 9.904.094,66
2053	1.332.127,72	13,50%	58.823.757,33	- 238.089.716,80	23.926.739,88	- 273.539.998,98	- 11.523.542,29
2054	1.350.082,95	13,50%	60.000.232,47	- 273.539.998,98	24.301.026,78	- 311.080.361,71	- 13.239.335,95
2055	1.368.038,18	13,50%	61.200.237,12	- 311.080.361,71	24.678.490,17	- 350.815.141,39	- 15.056.289,51
2056	-	13,51%	62.424.241,86	- 350.815.141,39	8.433.515,08	- 376.228.109,31	- 16.979.452,84

10. PARCELAMENTO DE DÍVIDAS

O RPPS de São Luiz Gonzaga possui um Termo de Parcelamento vigente. O parcelamento foi autorizado pela Lei 4300, de 09 de agosto de 2005 (alterada pela Lei 4362/2006), em 286 parcelas, das quais já foram quitadas 235.

No exercício 2024, a receita advinda do parcelamento foi de R\$ 1.282.562,64. Os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

pagamentos foram realizados até a data do vencimento da parcela.

11. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTRE REGIMES

11.1 Valores recebidos

O RPPS de São Luiz Gonzaga firmou Termo de Convênio com DATAPREV, a fim de executar a compensação previdenciária entre regimes, em conformidade com a Lei Federal 9796/1999 e Decreto 10.188/2019, que versam sobre o tema. Os valores recebidos a título de compensação previdenciária do RPPS, no exercício 2024 correspondem:

- a) RGPS – R\$ 2.725.301,73 (contabilizado).

Conforme relatórios emitidos pelo sistema COMPREV, os valores dos repasses mensais são os seguintes:

Competência	Valor	Descrição
11/2023	R\$ 8.011,38	Fluxo mensal
12/2023	R\$ 189.410,13	Fluxo mensal e acumulado
01/2024	R\$ 82.281,42	Fluxo mensal e acumulado
02/2024	R\$ 10.197,21	Fluxo mensal
03/2024	R\$ 216.581,52	Fluxo mensal e acumulado
04/2024	R\$ 125.017,26	Fluxo mensal e acumulado
05/2024	R\$ 11.191,82	Fluxo mensal
06/2024	R\$ 11.663,76	Fluxo mensal
07/2024	R\$ 11.445,45	Fluxo mensal
08/2024	R\$ 1.178.310,69	Fluxo mensal e acumulado
09/2024	R\$ 23.438,97	Fluxo mensal
10/2024	R\$ 857.748,12	Fluxo mensal e acumulado

O RPPS, após mais de 5 (cinco) anos sem aprovação de requerimentos de compensação, por parte do RGPS, teve, a partir de outubro/2023 o retorno das análises e a aprovação de novos pagamentos. Nos meses de janeiro e fevereiro foram efetuadas novas análises e deferimentos. A partir de junho/2024, foi implementada pelo INSS, a análise automática dos requerimentos. Tal medida redundou no retorno financeiro ao RPPS, conforme demonstram os números.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Para estar apto à análise automática o RPPS providenciou a complementação dos pedidos, atendeu as exigências e encaminhou os requerimentos dos processos com registro e ainda não enviados.

A arrecadação advinda da compensação previdenciária é de elevada importância, uma vez que os recursos serão utilizados no pagamento de benefícios.

11.2 Valores pagos

Os valores pagos a título de compensação previdenciária, após a análise de requerimentos constantes no sistema COMPREV são os seguintes:

- a) RPPS Estado do Rio Grande do Sul – **R\$ 25.290,46** (contabilizado).

Conforme relatórios emitidos pelo sistema COMPREV, os valores dos repasses mensais são os seguintes:

Competência	Valor	Descrição
11/2023	R\$ 93,67	Fluxo mensal
12/2023	R\$ 93,67	Fluxo mensal
01/2024	R\$ 97,14	Fluxo mensal
02/2024	R\$ 97,14	Fluxo mensal
03/2024	R\$ 97,14	Fluxo mensal
04/2024	R\$ 97,14	Fluxo mensal
05/2024	R\$ 20.428,22	Fluxo mensal e acumulado
06/2024	R\$ 559,21	Fluxo mensal
07/2024	R\$ 559,21	Fluxo mensal
08/2024	R\$ 559,21	Fluxo mensal
09/2024	R\$ 559,21	Fluxo mensal
10/2024	R\$ 1.118,42	Fluxo mensal

As competências de janeiro, fevereiro, março, maio e setembro/2024 foram pagas em atraso, o que gerou correção e multa. O valor pago, portanto, considerando as atualizações, ficou superior ao que consta nos relatórios COMPREV.

Os atrasos foram ocasionados pela ausência de empenho encaminhado em tempo hábil para o pagamento. A rotina de trabalho, entretanto, foi corrigida e os pagamentos estão sendo efetuados dentro dos prazos definidos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Com base nos dados cadastrais dos servidores ativos, inativos e pensionistas do RPPS de São Luiz Gonzaga o Atuário responsável pela Nota¹ Técnica Atuarial do exercício 2024 apurou o seguinte:

Para os benefícios concedidos, a compensação a receber foi estimada em R\$ 13.833.772,18. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 990.475,36.

Para os benefícios a conceder, a compensação a receber foi estimada em R\$ 15.149.652,75. Enquanto a compensação a pagar ficou em R\$ 2.611.456,64, sendo que, sua estimativa foi feita com os dados dos exonerados do Ente Federativo, desde a instituição do RPPS.

A análise dos requerimentos de compensação incluídos pela unidade administrativa do RPPS, por parte do RGPS determinam os valores a receber. Os processos compensáveis, em ato contínuo ao registro pelo TCERS, são encaminhados à compensação. Atualmente temos 118 processos aguardando análise por parte do INSS, 10 processos em exigência, totalizando 128 processos em tramitação. Tem, ainda, 02 processos aguardando análise do Estado do Rio Grande do Sul.

12. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A gestão de investimentos do RPPS de São Luiz Gonzaga é própria, nos termos do art. 95 da Portaria MTP 1.467, de 02 de junho de 2022:

Art. 95. A gestão das aplicações dos recursos dos RPPS poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista, nos seguintes termos:

I - gestão própria, quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento;

O Comitê de Investimentos é o órgão responsável pela tomada de decisões, juntamente com o Gestor de recursos designado.

O RPPS possui contrato com a empresa REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO, a qual é responsável pelo assessoramento dos membros do Comitê de Investimentos e

¹ Nota Técnica Atuarial relativa ao exercício 2024, executada pelo Atuário Joel Fraga da Silva



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Conselho Deliberativo, quanto a gestão dos recursos financeiros.

O relatório de Conjuntura Econômica e relatório APR (Aplicação e Resgate) do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de São Luiz Gonzaga, estão disponíveis para consulta, após publicação interna, na unidade administrativa do RPPS.

12.1 DESCRIÇÃO DETALHADA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A política de investimentos para o ano de 2024, APROVADA em 09/11/2023, previu que os recursos do RPPS devem ser aplicados conforme a Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria MTP 1.467/2022, presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Observada a legislação vigente, devem ser alocados, conforme as diretrizes definidas na Política de Investimentos, nos seguintes segmentos de aplicação:

- a)renda fixa;**
- b) renda variável; e,**
- c) investimento no exterior.**

As estratégias da Política de Investimentos 2024 estão dispostas no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO									
SEGMENTO	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN (%)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE R\$ MIL			META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RES
					LIMITE INFERIOR (%)	ESTRATÉGIA ALVO (%)	LIMITE SUPERIOR (%)		
Renda Fixa	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, a	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00		
Renda Fixa	Fundos de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC - Art. 7º, I, b	100,00	66.122.230,00	65,82	0,00	66,50	100,00		
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, II, c	100,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00		
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Ofert. - Art. 7º, III, a	80,00	30.102.826,56	29,97	0,00	24,00	80,00		
Renda Fixa	Fundos de Investimentos em Índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa - Art. 7º, III, b	60,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00		
Renda Fixa	Ativos da Renda Fixa Emissões por Instituições Financeiras - Art. 7º, IV	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00		
Renda Fixa	Fundos de Investimento em Renda Fixa - Crédito Pessoal - Art. 7º, V, p	5,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00		
Renda Variável	Fundos de Investimento em Ações - Art. 8º, I	30,00	3.165.470,96	3,15	0,00	2,00	10,00		
Renda Variável	Fundos de Investimento em Índices de Mercado (ETF) - Renda Variável - Art. 8º, II	30,00	0,00	0,00	0,00	3,50	20,00		
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento - Investimento no Exterior - Art. 8º, II	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00		
Investimentos no Exterior	Fundos de Investimento em Ações - RBR Nível I - Art. 8º, III	10,00	0,00	0,00	0,00	0,50	5,00		
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimento Multimercado (FIM) - Art. 10, I	10,00	1.062.399,96	1,05	0,00	1,00	10,00		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

12.2 Rendimentos

O total de rendimentos apurados nas aplicações financeiras, no exercício de 2024 foi de **R\$ 8.279.693,51**, conforme quadro abaixo.

Fundos de Investimento	RENTABILIDADE				
	12/2024 (%)	Últimos 6 meses (%)	No ano (%)	12/2024 (R\$)	ANO (R\$)
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	0,87%	5,40%	10,90%	143.163,99	1.089.386,72
BANRISUL AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,75%	4,26%	8,61%	5.630,56	23.183,21
BANRISUL FOCO IDKA IPCA 2A FI RENDA FIXA	-0,27%	2,63%	5,79%	0,00	983,32
BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP	-0,64%	2,43%	4,74%	-267,64	46.601,31
BANRISUL FOCO IMA-B FI RENDA FIXA LP	-2,73%	-1,67%	-3,04%	0,00	467,74
BANRISUL FOCO IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,66%	4,54%	9,08%	244,51	3.081,85
BANRISUL FOCO IRF-M FI RENDA FIXA LP	-1,73%	-0,01%	1,19%	-6.651,61	7.089,36
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP	0,83%	5,20%	10,49%	4.901,53	59.486,82
BANRISUL SUPER FI RENDA FIXA	0,74%	4,23%	8,56%	4.323,27	46.229,33
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES	-1,90%	9,58%	27,38%	-15.636,57	173.868,28
BB alocação ativa retorno total FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,17%	4,13%	8,12%	18.714,97	831.159,76
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-0,15%	2,88%	6,08%	-17.162,70	650.256,89
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	-0,28%	2,59%	5,87%	-14.335,34	282.654,11
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,68%	4,57%	9,17%	18.388,62	230.136,73
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-1,65%	0,26%	1,63%	-29.216,33	27.916,44
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	0,80%	5,36%	10,88%	96.212,32	1.194.395,25
CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,00%	1,51%	4,33%	0,00	400.772,34
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	0,83%	5,38%	11,03%	144.896,04	1.641.477,46
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	0,20%	3,81%	6,26%	0,00	75.845,07
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,29%	2,41%	5,43%	-12.416,27	221.135,96
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-0,31%	2,63%	5,92%	-25.299,47	456.570,48
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-2,66%	-1,51%	-2,72%	-164.448,03	-167.885,43
CAIXA BRASIL INDEXA IBOVESPA FI AÇÕES	-4,08%	-2,77%	-10,24%	-57.731,50	-154.956,50
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	0,69%	4,64%	9,33%	41.575,27	187.534,10
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	-4,11%	-2,38%	-5,69%	-53.036,85	-74.666,74
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	-2,54%	-1,04%	-2,33%	0,00	496,24
CAIXA PRÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,73%	4,15%	8,33%	0,00	22.850,69
CAIXA VALE DO RIO DOCE FI AÇÕES	-6,46%	-9,26%	-24,23%	-12.094,56	-56.043,09
IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVV 11)	-4,17%	-2,63%	-9,96%	-7.870,10	-5.729,97
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	-1,77%	10,64%	29,50%	-28.574,47	360.840,23
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	0,56%	4,44%	9,21%	5.973,79	89.753,08
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RENDA FIXA LP	-1,72%	-0,13%	1,21%	-51.556,05	35.242,23
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	0,86%	5,37%	10,88%	39.772,69	579.560,24
		Total:	27.500,07	8.279.693,51	

O montante do capital do RPPS apurado em 31.12.2024 foi de **R\$ 122.979.427,24** (cento e vinte e dois milhões, novecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos) conforme demonstrativo abaixo.

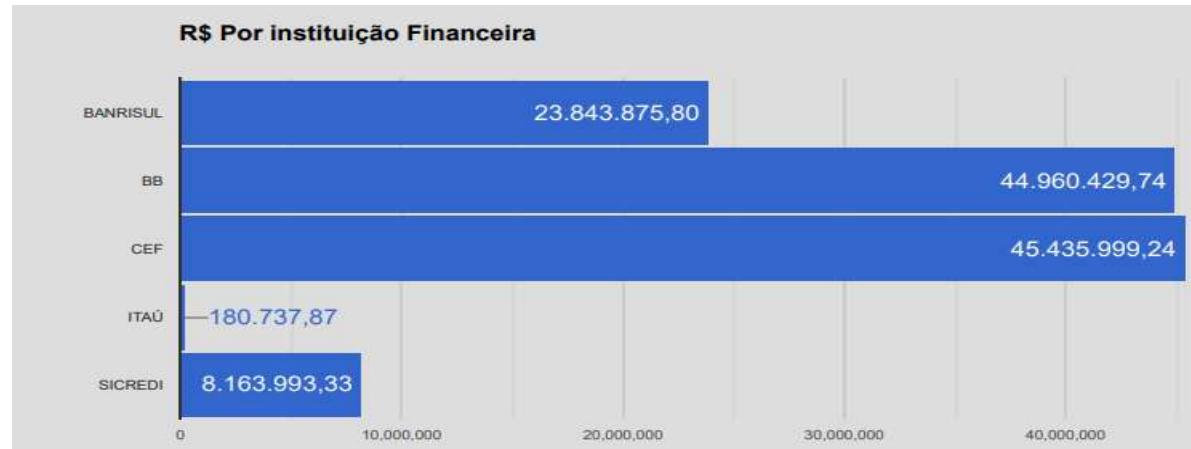


**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS**

Composição da Carteira	12/2024	%
	R\$	%
BANRISUL ABSOLUTO FI RENDA FIXA LP	22.204.742,48	18,11
BANRISUL AUTOMATICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	288,58	0,00
BANRISUL FOCO IMA G FI RENDA FIXA LP	41.282,33	0,03
BANRISUL FOCO IRF-M I FI RENDA FIXA	37.036,65	0,03
BANRISUL FOCO IRF-M FI RENDA FIXA LP	378.817,78	0,31
BANRISUL SOBERANO FI RENDA FIXA SIMPLES LP	595.180,39	0,49
BANRISUL SUPER FI RENDA FIXA	586.527,59	0,48
BB ACÇÕES BOLSA AMERICANA FLAÇÕES	808.883,82	0,66
BB ALOCACAO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.061.632,65	9,02
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.341.242,11	9,25
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	5.094.796,39	4,16
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.739.520,10	2,23
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	1.740.345,91	1,42
BB PERFI FIC RENDA FIXA REFERENCIADO PI PREVIDENCIÁRIO LP	12.174.008,76	9,93
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	18.148.326,45	14,80
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.290.282,38	3,50
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8.168.647,13	6,66
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	6.012.847,62	4,91
CAIXA BRASIL INDEXA IBOVESPA FI AÇÕES	1.358.683,00	1,11
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	6.044.943,95	4,93
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	1.237.045,10	1,01
CAIXA VALE DO RIO DOCE FLAÇÕES	175.223,61	0,14
IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE (BOVV 11)	180.737,87	0,15
SICREDI BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	1.584.083,71	1,29
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M I FI RENDA FIXA	1.063.766,61	0,87
SICREDI INSTITUCIONAL IRF-M FI RENDA FIXA LP	2.952.746,99	2,41
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA	2.563.396,02	2,09
Total:	122.585.035,99	100,00

Disponibilidade em conta corrente:	394.391,28
Montante total - Aplicações + Disponibilidade:	122.979.427,24

Os recursos financeiros do RPPS estão distribuídos nas seguintes instituições financeiras:



12.3 Meta da Política de Investimentos 2024

A meta atuarial da carteira de investimentos para o exercício de 2024 determinada na PI foi de (INPC+5,10%). O RPPS em 31.12.2024 obteve uma rentabilidade acumulada de **R\$ 8.279.693,51** o que equivale a **76,56%** da meta da PI para o exercício. O RPPS conseguiu 7,74% no exercício e a meta foi de 10,11%.

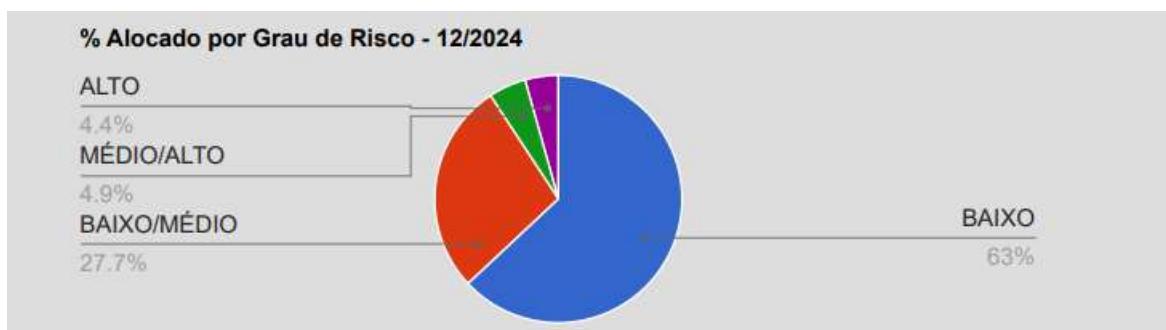
MÊS BASE	RENTABILIDADE ACUMULADA		META	% da Meta
	R\$	%		
12/2024	R\$ 8.279.693,51	7,7414%	INPC + 5,10%	10,11 %
				76,56%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

12.4 Risco da Carteira

O grau de risco das alocações está disposto no gráfico abaixo:



O gráfico demonstra que os ativos se mantiverem, ao longo do exercício de 2024, a maior parte (63%) em aplicações de BAIXO RISCO.

12.5 Enquadramento das aplicações financeiras

A Política de Investimentos traz os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários, em consonância com a legislação vigente. Além desses limites, há vedações específicas que visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. São utilizados cenários projetados pelo mercado atual e futuro, bem como análises realizadas pela equipe da consultoria prestada pela Referência Gestão e Risco, em conjunto com Comitê e Gestor de investimentos. O documento pode ser revisto ou alterado, de forma justificada, com objetivo de se adequar ao mercado ou à eventual alteração de Legislação, neste segundo semestre **NÃO FOI NECESSÁRIA nenhuma alteração na redação da PI e nem de percentual de limites superiores dela.**

O enquadramento final do segundo semestre/2024 está exposto abaixo:

Enquadramento 4.963/2021 e suas alterações – Política de Investimento

Enquadramento	Valor Aplicado (R\$)	% Aplicado	% Limite alvo	% Limite Superior	Status
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	82.315.002,49	67,15%	66,50%	100,00%	ENQUADRADO
FI Renda Fixa - Art. 7º, III, "a"	34.925.376,40	28,49%	24,00%	60,00%	ENQUADRADO
FI Ações - Art. 8º, I	3.579.835,53	2,92%	2,50%	10,00%	ENQUADRADO
ETF - Art. 8º, II	180.737,87	0,15%	3,50%	20,00%	ENQUADRADO
Fundos Multimercados - Art. 10º, I	1.584.083,71	1,29%	1,00%	10,00%	ENQUADRADO
Total:	122.585.035,99	100,00%	97,50%		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

12.6 Controle DAIR - Enquadramentos

O envio do DAIR (demonstrativo de aplicações e investimentos dos recursos), que é um dos critérios para a emissão do CRP, deve ocorrer até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, segundo o art. 241, inciso IV, alínea “b” da Portaria do MTP nº 1.467 de 2022. Todos os demonstrativos foram enviados no prazo e o CRP (certificado de Regularidade Previdenciária) emitido e válido. Abaixo a comprovação de remessa dos demonstrativos.

Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos				
				Festividade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio	Notificação de Irregularidades	Notificação
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Dezembro	DAIR - Encerramento do Mês	28/12/2024	14/01/2025 15:34:17		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Novembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/11/2024	08/01/2025 13:58:13		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Outubro	DAIR - Encerramento do Mês	31/10/2024	08/12/2024 14:48:46		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Setembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/09/2024	18/10/2024 11:09:55		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Agosto	DAIR - Encerramento do Mês	31/08/2024	08/10/2024 09:29:51		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Julho	DAIR - Encerramento do Mês	31/07/2024	30/08/2024 16:12:04		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Junho	DAIR - Encerramento do Mês	30/06/2024	07/08/2024 11:35:36		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Mai	DAIR - Encerramento do Mês	31/05/2024	21/06/2024 17:49:55		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Abril	DAIR - Encerramento do Mês	30/04/2024	12/06/2024 12:13:37		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Março	DAIR - Encerramento do Mês	31/03/2024	19/04/2024 08:18:17		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Fevereiro	DAIR - Encerramento do Mês	29/02/2024	08/04/2024 12:57:03		Não
São Luiz Gonzaga	87.913.022/0001-85	2024	Janeiro	DAIR - Encerramento do Mês	31/01/2024	08/03/2024 09:09:06		Não

12.7 Resumo do Mercado Financeiro 2024

O ano foi marcado por intensos debates sobre o direcionamento das políticas monetária e fiscal nas economias globais. A trajetória de desinflação observada ao longo do ano possibilitou que os bancos centrais das principais economias, como o Federal Reserve (EUA) e o Banco Central Europeu (BCE), adotassem posturas monetárias restritivas, embora com uma desaceleração no ritmo de elevação das taxas de juros. Apesar da desaceleração da inflação em diversas regiões, os índices inflacionários permaneceram acima das metas estabelecidas, o que manteve os investidores em uma postura cautelosa, atentos a possíveis ajustes nas estratégias monetárias. Em 2024, o Brasil vivenciou um cenário desafiador, com uma economia marcada por dificuldades fiscais, inflação persistente, altas taxas de juros e um contexto global turbulento. Para os investidores, o ano foi de volatilidade, com a busca por segurança em ativos de renda fixa. O aumento da Selic, as tensões fiscais e o cenário internacional complexo indicam que 2025 promete ser um ano ainda mais desafiador para os investimentos, exigindo uma abordagem cuidadosa e uma análise criteriosa das oportunidades e riscos no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

mercado financeiro.

Na China, a recuperação econômica apresentou um desempenho irregular. O país encontrou dificuldades para manter uma taxa de crescimento em torno de 5%, com o cenário sendo ainda mais desafiado pela imposição de tarifas comerciais pelos Estados Unidos, o que potencialmente agravaria o ritmo de crescimento. Diante disso, o governo chinês implementou estímulos pontuais, especialmente em setores considerados mais vulneráveis, como o imobiliário. O PIB do terceiro trimestre de 2024 apresentou um crescimento de 4,6%, ligeiramente superior às estimativas iniciais de 4,5%. No entanto, o crescimento continuou sendo desigual ao longo do ano, com a produção industrial superando o consumo interno e ampliando os riscos de deflação, especialmente em meio à crise do setor imobiliário e ao crescente endividamento dos governos locais.

Na Zona do Euro, persistem as preocupações com o fraco crescimento econômico, exacerbadas por riscos geopolíticos e pressões sobre o comércio internacional. Em sua decisão mais recente, o BCE reduziu a taxa de juros em 0,25%, passando de 3,25% para 3,00%, marcando o quarto corte consecutivo no ano, sinalizando um esforço contínuo para convergir a inflação para a meta de 2%. Além disso, a região atravessou turbulências políticas. Na Alemanha, um voto de desconfiança no Congresso resultou na dissolução do governo liderado pelo Chanceler Olaf Scholz, que estava no cargo desde a saída de Angela Merkel. Na França, o Parlamento também aprovou um voto de desconfiança que derrubou o primeiro-ministro Gabriel Attal, dissolvendo seu governo. Após um breve período de incerteza, o presidente Emmanuel Macron nomeou François Bayrou para o cargo de primeiro-ministro, o qual teria que enfrentar um Congresso extremamente dividido e sem uma maioria clara, além de lidar com questões como o crescimento da dívida pública, orçamento e baixo crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, os mercados reagiram positivamente à vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, o que impulsionou as principais bolsas globais, como a New York Stock Exchange (NYSE) e o Nasdaq, a encerrarem o ano com ganhos expressivos. O foco agora está nas diretrizes futuras da política econômica do governo eleito, cuja estratégia em áreas como tarifas, política fiscal, imigração e geopolítica será determinante tanto para a economia americana quanto para a economia global, sendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

uma premissa chave para a avaliação dos diferentes cenários e riscos prospectivos. A economia americana se manteve aquecida, com a primeira estimativa do PIB do terceiro trimestre de 2024 indicando um crescimento anualizado de 2,8% em relação ao segundo trimestre. Esse crescimento foi parcialmente impulsionado pela variação de estoques, com contribuições positivas também vindas do consumo das famílias e do consumo e investimento do governo. O principal relatório sobre o mercado de trabalho (Payroll) mostrou a criação líquida de 227 mil empregos em novembro, superando as expectativas de mercado. No entanto, a taxa de desemprego aumentou ligeiramente de 4,1% para 4,2% de outubro para novembro.

Ainda sobre os EUA, entrando especificamente no campo da política monetária, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) manteve os juros inalterados durante boa parte do ano, mas iniciou um ciclo de flexibilização monetária em setembro, com um corte de 0,50%, seguido por cortes adicionais de 0,25% nas reuniões de novembro e dezembro, reduzindo a taxa para o intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. Em seu comunicado, o comitê adotou um tom cauteloso, reconhecendo que o novo governo herdará um ambiente macroeconômico com pressões inflacionárias ainda não totalmente controladas, além da elevada probabilidade de que o presidente eleito cumprirá suas promessas de campanha.

No Brasil, o ano foi marcado por significativa turbulência política e econômica, com intensos embates entre o governo, o Congresso e os agentes do mercado financeiro. A escalada da taxa de câmbio fechou o ano em torno de R\$ 6,17/US\$, representando uma valorização de 27% do dólar em relação ao real, o pior desempenho desde 2020. Juntamente com o expressivo deslocamento da curva de juros para cima, esses movimentos refletem uma crescente preocupação com a trajetória da economia brasileira. Esse cenário foi, em parte, impulsionado pelo fortalecimento do dólar no cenário externo, com os Estados Unidos se mantendo como um grande polo de atração de capitais devido a taxas de juros relativamente elevadas e uma economia resiliente. No Brasil, o movimento de valorização do dólar foi amplificado por questões fiscais, especialmente após o governo apresentar um pacote de medidas para a contenção de gastos públicos da ordem de R\$ 30 bilhões no primeiro ano e R\$ 40 bilhões no segundo ano, além de propor a reforma tributária, com destaque para o aumento da faixa de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

isenção para R\$ 5.000,00 e a adoção de um imposto mínimo para as altas rendas. Embora as medidas de contenção de gastos tenham sido bem recebidas em termos de expectativas de economia fiscal, a reação do mercado foi negativa, com a taxa de câmbio se depreciando e as taxas de juros mais longas subindo. Mesmo com a aprovação das medidas pelo Congresso, o mercado permaneceu pessimista devido à aparente falta de apetite para enfrentar diretamente a trajetória insustentável das contas públicas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024 em comparação com o período imediatamente anterior, impulsionado, entre outros fatores, pelo dinamismo do mercado de trabalho, com aumentos tanto na população ocupada quanto no rendimento médio real. O setor de serviços, especialmente nas áreas de Informação e Comunicação, e Atividades financeiras, apresentou desempenho positivo, contribuindo significativamente para esse crescimento. No entanto, a agropecuária registrou uma pequena queda de 0,9%, devido à perda de produtividade e quedas na produção de produtos como cana, milho e laranja.

Do ponto de vista da demanda, o consumo das famílias continuou crescendo, impulsionado pela melhora no mercado de trabalho e pelos programas de auxílio governamentais. O aumento nos investimentos, especialmente em bens de capital, software e construção, também foi um fator positivo. As últimas projeções de crescimento do PIB para 2024 indicam uma alta de 3,49%, conforme os dados mais recentes do Relatório Focus. A Inflação oficial do país fechou 2024 em 4,83%, puxada por alimentação, educação e saúde. Os alimentos têm sido, inclusive, o principal motivo do mau humor dos consumidores.

Em relação à política monetária, o Comitê de Política Monetária (COPOM) iniciou o ano com uma redução gradual da taxa Selic, que passou de 11,75% para 10,50% nas três primeiras reuniões do ano. No entanto, devido ao agravamento das incertezas externas e problemas de oferta relacionados a eventos como as enchentes no Rio Grande do Sul, o COPOM retornou com o ciclo de aperto monetário em setembro, elevando a taxa Selic em 0,25%. Com o aumento das preocupações fiscais no último trimestre, o comitê promoveu duas elevações adicionais de 1%, levando a taxa para 12,25%. Esse cenário gerou expectativas de novas elevações em 2025, com a taxa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

projetada para 14,75%.

No mercado de renda fixa, o desempenho foi marcado por incertezas e aversão ao risco, que se intensificaram nos últimos meses do ano. Embora as expectativas iniciais de juros baixos não se concretizassem devido à deterioração das condições fiscais, o plano de redução de gastos do governo gerou reações negativas entre os investidores, consolidando a curva de juros em patamares elevados. Nesse contexto, os títulos de curto prazo se destacaram frente aos ativos de maior *duration*. O índice IMA-Geral, que expressa a rentabilidade dos títulos marcados a mercado, registrou uma variação positiva de 5,10% ao longo do ano.

Na renda variável, o ano de 2024 apresentou um desempenho negativo, com o índice Ibovespa registrando uma queda de 10,36%, o pior desempenho desde 2021. O índice fechou no vermelho em 8 dos 12 meses do ano, com a incerteza do mercado em relação à sustentabilidade da dívida pública, o ciclo de elevação da Selic e fatores externos, como o agravamento das tensões geopolíticas e a lenta recuperação da economia chinesa, impactando negativamente os resultados. Entre os poucos ativos que tiveram desempenho positivo, destacam-se Embraer e Marfrig, que subiram mais de 100% devido à desvalorização cambial.

A partir das considerações apresentadas, entende-se que a Gestão do RPPS, bem como os membros do Comitê de Investimentos e Conselhos, trabalhou em conjunto com a Consultoria para que a meta fosse atingida, não tivemos desenquadramento.

Válido destacar que da meta determinada, o RPPS atingiu 76,56% do seu objetivo, ou seja, um BOM resultado, uma vez que diante do “desequilíbrio” das contas públicas do Governo Federal, do dólar acima de seis reais e um novo ciclo de aumento da SELIC fez com que os títulos públicos federais não respondessem da forma planejada, bem como a economia global gerou grandes incertezas.

13. DESPESAS DO RPPS

13.1 Benefícios Previdenciários:

Por determinação legal, os recursos financeiros do RPPS podem ser utilizados para pagamento de benefícios de aposentadoria e pensões por morte. A Lei 3852/2001, alterada pela Lei 6048/2020, para atender as disposições da EC 103/2019 excluiu os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

benefícios de Auxílio doença, Salário maternidade, salário família e auxílio reclusão antes remunerados pelo RPPS.

As despesas com os benefícios previdenciários no exercício 2024 é a seguinte

POPULAÇÃO COBERTA		2024
QUANTIDADE	APOSENTADOS	417
	PENSIONISTAS	107
IDADE MÉDIA	APOSENTADOS	67
	PENSIONISTAS	59
FOLHA MENSAL DEZEMBRO(R\$)	APOSENTADOS	2.584.958,03
	PENSIONISTAS	412.891,00
FOLHA ANUAL (R\$)	APOSENTADOS	22.022.609,34
	PENSIONISTAS	3.498.179,31

As despesas do exercício 2024, foram empenhadas, liquidadas e pagas até o final do exercício.

13.2 Despesas administrativas

A Lei 3852/2001, no art. 51, estabelece o valor da taxa de administração, assim como expõe o rol de despesas que podem ser cobertas com referida taxa:

Art. 51. O limite da taxa de administração será de dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativo ao exercício financeiro anterior, sendo que a referida taxa poderá ser utilizada no pagamento dos seguintes gastos:

- I - equipamentos e programas de informática necessários ao bom e regular funcionamento do PREVIM;
- II - prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica;
- III - diárias e passagens de servidores a serviço da unidade gestora;
- IV - cursos e treinamentos.

A Nota técnica atuarial do exercício 2024 apresenta os valores nominais gastos com a taxa administrativa dos últimos exercícios:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

ANO	VALOR TOTAL (R\$)
2022	80.604,41
2023	191.503,30
2024	194.613,13
Média dos últimos 3 anos	155.573,61

As despesas com a taxa de administração não atingiram o valor nominal de 2% (dois por cento) nos últimos exercícios. A indicação atuarial é de uma projeção de gasto para 2024 de 0,51%:

Para o próximo exercício, utilizando critérios conservadores, os gastos com taxa de administração não deverão ultrapassar a média dos últimos três anos, acrescido de uma margem de segurança de 10%, o que gera o montante de R\$ 171.130,97, correspondentes a uma alíquota de 0,51%.

O RPPS tem os recursos da taxa de administração registrados em conta bancária específica, pelo menos a partir do exercício 2022 e, as sobras são mantidas como reserva, apesar de o Conselho Administrativo não ter decidido sobre a manutenção das sobras em conta específica de reserva ou de retorno do valor à conta previdenciária, para pagamento de benefícios. O valor existente na conta bancária da taxa de administração, corresponde, hoje, a R\$ 1.411.833,23.

Para o exercício de 2025 há uma expectativa de aumento de gasto da taxa de administração, em decorrência do Plano de Compras Anual e da estruturação administrativa a ser implantada.

14 SUFICIÊNCIA FINANCEIRA

O RPPS, para atender as disposições legais, em especial o art. 40 da Constituição Federal; o art. 2º, §º 1º, da Lei nº 9.717/1998; art. 1º, § 1º, e 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, e ainda, o Ofício Circular DCF nº 03/2023, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, faz o acompanhamento do resultado financeiro, com análise mensal das Receitas e despesas orçamentárias as quais são enviadas ao Tribunal de Contas do Estado, e estão disponíveis para consulta no Setor de Contabilidade do Município.

No mês de dezembro/2024 foi feita a consolidação anual das receitas e despesas,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

para apurar a suficiência financeira do exercício e a possível necessidade de aporte financeiro por parte do ente municipal. O resultado encontrado, foi a seguinte:

EXERCÍCIO	2024
RECEITA	32.680.796,59
Contribuição do Servidor	5.278.914,91
Contribuição Patronal	9.850.373,41
Contribuição Custeio	5.596.250,23
Taxa de Administração	668.311,39
Remuneração de Rendimentos	7.272.082,28
Compensação Previdenciária	2.725.301,73
Parcelamento	1.289.562,84
DESPESAS (valor empenhado)	25.747.668,59
Aposentados	22.022.609,34
Pensionistas	3.498.179,31
Outras Despesas Correntes	223.779,94
Despesas de Capital	3.100,00
Superávit / Déficit	6.933.128,00

Controle do Rendimentos	
Valor contabilizado como receita	9.804.592,30
Perdas em investimentos	- 1.517.674,21
Rendimentos das aplicações (aporte)	1.014.836,11
TOTAL	7.272.082,28

As informações anuais relativas à receitas e despesas é disponibilizado na página da Prefeitura, até 30 de abril de exercício seguinte, no seguinte endereço:
<https://www.saoluzgonzaga.rs.gov.br/site>

15 COMPETÊNCIAS LEGAIS E AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO COADFAPS

O Conselho de Administração do FAPS é o órgão responsável pela gestão previdenciária do RPPS Municipal, tanto na fiscalização e controle orçamentário quanto na concessão de benefícios. As atribuições do Conselho estão dispostas no



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

art. 46 da Lei 3852/2001:

Art. 46 - Compete ao COADFAPS:

- I – Elaborar e propor ao Executivo o Plano de Aplicação anual do FAPS e as diretrizes gerais para a política de benefícios, observados os prazos estabelecidos nesta Lei;
- II - Deliberar sobre a prestação de contas e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAPS;
- III - Decidir sobre a aplicação dos recursos do FAPS, na forma desta lei;
- IV - Fiscalizar o recolhimento das contribuições, inclusive verificando a correta base de cálculo;
- V - Propor alterações das alíquotas referentes à contribuição social do servidor e do Município, se assim indicar a revisão atuarial anual obrigatória;
- VI - Propor ao Executivo a instituição ou exclusão de benefícios;
- VII – Notificar o estabelecimento bancário, mensalmente, acerca dos valores a serem retidos da cota-parte do ICMS a título de repasse automático das contribuições;
- VIII – Propor e aprovar a aplicação das disponibilidades do FAPS quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos, observadas as exigências legais e assumindo as responsabilidade decorrentes do ato;
- IX - Expedir instruções necessárias à devolução de parcelas de benefícios indevidamente recebidos;
- X – Publicar, no quadro de Publicações da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, todas as decisões do Conselho;
- XI – Elaborar o seu Regimento Interno;
- XII - Deliberar sobre temas e matérias de interesse do COADFAPS;
- XIII - Realizar demais atos previstos nesta Lei.

No exercício 2024 o COADFAPS se manteve atuante, tanto na proposta orçamentária, quanto na fiscalização das contribuições mensais. Manteve a capacitação continuada de seus membros, e realizou encontros com os servidores para esclarecimentos sobre a implantação da Reforma da Previdência no RPPS do Município e a tramitação da PEC 66 no Congresso Nacional.

A proposta de reforma encaminhada ao Executivo, após longa discussão, fixa nova matriz contributiva e regras semelhantes às atuais, aos servidores que ingressaram no serviço público municipal até a vigência da Lei que criou o RPC – Regime de Previdência Complementar – no Município de São Luiz Gonzaga e, para os servidores que ingressaram a partir da publicação da Lei 6.337, de 21 de outubro de 2021, regra semelhante aquela disponível aos servidores da União Federal.

O Relatório Atuarial para reforma concluiu que a implantação de reforma traria uma redução do deficit atuarial, mesmo que mantidas as regras vigentes para os atuais servidores,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

seria possível, também, a redução da alíquota de contribuição do Município.

Os cenários do Relatório Atuarial estão disponíveis na Unidade Administrativa do FAPS.

O RPPS, através de seu Conselho Administrativo, manteve, durante o exercício financeiro o controle das aplicações de recursos e o seu enquadramento legal, como auxílio nessa tarefa, possui contrato vigente com empresa especializada em gestão de recursos – Referência Gestão e Risco.

Foi mantido ainda, o controle patrimonial e acompanhamento dos processos de compensação previdenciária.

A gestão dos benefícios, concessão, emissão de folha de pagamento, contabilização e pagamento é realizada pela Administração Municipal, com a constante fiscalização por parte do Conselho.

A realização anual de recadastramento e prova de vida dos aposentados é rotina de trabalho e garante o não pagamento de benefícios a segurados já falecidos. Necessário, entretanto a realização de Censo Previdenciário para atualização do cadastro funcional dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O Conselho, no exercício 2024 se manteve ativo, com a realização de reuniões periódicas, apresentação de propostas relativas regime de previdencia dos servidores municipais, além de conseguir a certificação profissional de 02 (dois) membros, um do Conselho Administrativo e outro do Conselho Fiscal. No ano de 2024 o COADFAPS trabalhou em prol da manutenção do RPPS, com o exercício regular de suas atribuições institucionais.

16 PUBLICAÇÃO DOS ATOS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

A Lei Municipal 3852/2001, nos artigos 45 e 47, dispõe sobre os Conselhos Administrativo e Fiscal do FAPS.

Além dos Conselhos o RPPS possui instituído o Comitê de Investimentos. O Comitê e o Gestor de Recursos são os responsáveis pela aplicação da política de Investimentos do fundo previdenciário.

As decisões, resoluções e demais documentos relativos às atividades institucionais desses órgãos ficam disponibilizados aos segurados na Unidade Administrativa do Fundo de Previdência e são publicados em Mural de Avisos do Município.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

CONCLUSÃO

O Relatório Anual de Gestão do RPPS apresentou um retrato do Fundo de Aposentadorias dos Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de São Luiz Gonzaga. Apresentou a composição atual do Conselho, suas atribuições e as ações desenvolvidas no exercício 2024.

As conclusões atuariais e a Política de Investimentos, com a análise dos investimentos realizados no ano de 2024 demonstraram que o RPPS atendeu as duas principais premissas, quais sejam, de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, acatando as indicações constantes na Nota Atuarial e, também aquelas constantes na Política de Investimentos.

Na gestão orçamentária ficou comprovado o superávit do Fundo, o que não afasta a necessidade de constante vigilância e zelo nas atividades previdenciárias. A suficiência financeira comprovada pelas planilhas contábeis são, também, o reflexo do trabalho sério desenvolvido na gestão previdenciária.

As atividades institucionais desenvolvidas pelo Conselho, demonstram a preocupação em transmitir conhecimento e informação aos segurados, principalmente com a realização de reuniões setoriais para apresentação do projeto de reforma e esclarecimento de dúvidas relativas à previdência dos servidores municipais.

É possível concluir, com base nas informações constantes no presente relatório que o RPPS cumpriu seu papel institucional e que os órgãos deliberativo e fiscal atuaram de forma determinante na boa gestão previdenciária. Entretanto, necessário reiterar a imprescindibilidade de estruturação administrativa, pois, a ausência de estrutura, acaba restringindo algumas atividades do RPPS. Apesar do empenho dos Conselheiros e servidores do Fundo Previdenciário, a ausência de centralização das informações, dificulta o andamento regular das atividades, o que ficou demonstrado com os atrasos de pagamento COMPREV e de outras obrigações.

Relatório redigido pela servidora Liliane Aparecida da Siqueira Fontoura, em 14 de março de 2025.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
UNIDADE GESTORA –FUNDO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES - FAPS

Encaminhado à análise e aprovação do Conselho Administrativo do FAPS, o qual redigirá Ata e encaminhará ao Controle Interno do Município para remessa ao TCERS, no prazo determinado.

Célia do Amaral Caetano
Presidente COADFAPS

João Magnus de Freitas Gomes
Gestor financeiro

Liliane A. da Siqueira Fontoura
Relatora e Conselho Fiscal

Lenise Aquino Litter
Conselho Fiscal